

Paulo Arthur Cavalcante Koury

A TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA DE SOCIEDADES NO EXTERIOR

Das origens ao
Imposto Mínimo Global

Área específica
DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003382

PAULO ARTHUR CAVALCANTE KOURY

A TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA DE SOCIEDADES NO EXTERIOR

DAS ORIGENS AO IMPOSTO MÍNIMO GLOBAL

FORUM

Esta obra analisa, teórica e doutrinariamente, os regimes brasileiros de Tributação em Bases Universais (TBU), que determinam a submissão ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos resultados de sociedades estrangeiras controladas ou coligadas a uma sociedade brasileira. No primeiro capítulo, descrevem-se os regimes de TBU brasileiros, desde a Lei nº 9.532/97, passando pela MP nº 2.158-35/01 até a Lei nº 12.973/14, relativamente à qual são abordados vários aspectos específicos. No segundo capítulo, examina-se a compatibilidade desses regimes de tributação com a Constituição Federal e com os tratados bilaterais contra a dupla tributação firmados pelo Brasil. No terceiro capítulo, compara-se o regime de TBU brasileiro com aqueles adotados por outros países, iniciando pelo surgimento da legislação CFC, passando pela CFC uniformizada da União Europeia e chegando à atual proposta de um Imposto Mínimo Global.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

K88t	Koury, Paulo Arthur Cavalcante A tributação brasileira de sociedades no exterior: das origens ao imposto mínimo global / Paulo Arthur Cavalcante Koury. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 236 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-436-5 1. Direito Tributário. 2. Direito Internacional Público. I. Título.	
2022-1590		CDD: 341.39 CDU: 34:336.2

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. *A tributação brasileira de sociedades no exterior: das origens ao imposto mínimo global*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 236 p. ISBN 978-65-5518-436-5.

Paulo Arthur Cavalcante Koury

Fez Estágio Pós-Doutoral no Max-Planck-Institut für Steuerrecht und Öffentliche Finanzen (Munique – Alemanha). Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). LLM (Master of Laws) pela University of Cambridge (Reino Unido). MBA em Contabilidade pela Fipecafi/FEA-USP. Professor em cursos de pós-graduação. Advogado.

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
INTERPRETAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES INFRACONSTITUCIONAIS SOBRE A TRIBUTAÇÃO DE SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS NO EXTERIOR: DA LEI Nº 9.249/95 À LEI Nº 12.973/14 ...	17
1.1 A transição da tributação territorial para a tributação universal: da Lei nº 4.984/1925 à Lei nº 9.532/1997	17
1.2 O regime da MP nº 2.158-35/01.....	24
1.2.1 Sociedades abrangidas.....	26
1.2.1.1 Sociedades coligadas.....	26
1.2.1.2 Sociedades controladas.....	28
1.2.1.3 Aspectos irrelevantes no regime da MP nº 2.158-35/01.....	35
1.2.2 Base tributável.....	37
1.2.2.1 Fatores positivos: o MEP	37
1.2.2.1.1 Legalidade do emprego do MEP.....	37
1.2.2.1.2 Conceito do MEP e a consolidação vertical	42
1.2.2.1.3 A questão da variação cambial	49
1.2.2.2 Fatores negativos	53
1.2.2.2.1 Compensação de prejuízos.....	53
1.2.2.2.2 Ajustes de preços de transferência e subcapitalização?	57
1.2.3 Deduções do tributo a pagar.....	60
1.2.3.1 Compensação do Imposto Pago no Exterior.....	61
1.2.3.1.1 O momento da compensação do imposto pago no exterior...	63
1.2.3.1.2 O procedimento para a compensação do tributo pago no exterior	65
1.3 O regime da Lei nº 12.973/14.....	66
1.3.1 Sociedades abrangidas.....	69
1.3.1.1 Sociedades controladas diretas e indiretamente.....	69
1.3.1.2 Sociedades coligadas.....	73
1.3.1.3 Sociedades equiparadas a controladas.....	80
1.3.1.4 Filiais da sociedade brasileira e filiais das sociedades controladas?.....	82
1.3.2 Base tributável.....	86
1.3.2.1 Fatores positivos: o lucro da sociedade estrangeira conforme as regras contábeis locais	86
1.3.2.2 Fatores negativos	91
1.3.2.2.1 Variação cambial	91
1.3.2.2.2 Reflexos de outras participações no exterior e no Brasil.....	94
1.3.2.2.3 Compensação de prejuízos.....	99
1.3.2.2.4 Ajustes de preços de transferência e subcapitalização.....	103
1.3.3 A faculdade de consolidação horizontal	108
1.3.4 Deduções do tributo a pagar.....	114
1.3.4.1 Compensação do imposto pago no exterior	114
1.3.4.1.1 Compensação do tributo estrangeiro no caso de consolidação	117
1.3.4.2 Crédito presumido	118
1.3.5 Questões específicas	120
1.3.5.1 Isenção para atividades relacionadas à prospecção de petróleo e gás.....	120
1.3.5.2 Diferimento do pagamento dos tributos no Brasil	122

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO EM BASES UNIVERSAIS COM A CONSTITUIÇÃO E COM OS TRATADOS CONTRA A DUPLA TRIBUTAÇÃO.....

125		
2.1	A compatibilidade dos regimes brasileiros de tributação em bases universais com a Constituição.....	125
2.1.1	Condicionantes constitucionais gerais para a tributação em bases universais	125
2.1.1.1	O regime da MP nº 2.158-35/01	131
2.1.1.1.1	A compatibilidade material do regime da MP nº 2.158-35/01 com a Constituição	131
2.1.1.1.1.1	O julgamento do STF.....	136
2.1.1.1.1.1.1	As razões de decidir na ADI nº 2.588/DF e no RE nº 540.090/SC	140
2.1.1.1.2	A aplicabilidade temporal do regime da MP nº 2.158-35/01 e as regras da irretroatividade e da anterioridade.....	145
2.1.1.2	O regime da Lei nº 12.973/14	149
2.1.1.2.1	Reforço da inexistência de renda realizada	150
2.1.1.2.2	Não se aplica o argumento do MEP.....	153
2.1.1.2.3	Descumprimento à decisão do STF.....	154
2.2	A compatibilidade dos regimes brasileiros de tributação em bases universais com os tratados contra a dupla tributação ..	155
2.2.1	Os tratados e os regimes de TBU de inclusão total.....	156
2.2.1.1	A incorporação e a hierarquia dos tratados.....	156
2.2.1.2	Bloqueio da tributação	160
2.2.1.2.1	Artigo aplicável.....	160
2.2.1.2.2	Irrelevância dos comentários da OCDE	170
2.2.1.2.3	Tratados com disposições especiais	173
2.2.2	A compatibilidade do regime da MP nº 2.158-35/01 com os tratados.....	176
2.2.2.1	Bloqueio da tributação	176
2.2.2.2	Abrangência do lucro cuja tributação é bloqueada	180
2.2.3	A compatibilidade do regime da Lei nº 12.973/14 com os tratados.....	184
2.2.3.1	Bloqueio da tributação	184
2.2.3.2	Qual o tratado aplicável?	186
2.3	Excurso: o regime de refinanciamento da Lei nº 12.865/14	194

CAPÍTULO 3

O BRASIL EM RELAÇÃO AO MUNDO: O SISTEMA BRASILEIRO EM FACE DOS REGIMES ADOTADOS EM OUTROS PAÍSES

197		
3.1	Os Estados Unidos e o surgimento das legislações CFC	198
3.1.1	O Brasil em relação às legislações CFC	200
3.2	A União Europeia e a regra CFC obrigatória	202
3.2.1	O Brasil em relação à regra europeia	206
3.3	Os regimes GILTI e GloBE: um imposto mínimo global?.....	207
3.3.1	O Brasil em relação ao imposto mínimo global	215

219	CONCLUSÕES
-----	------------------

229	REFERÊNCIAS
-----	-------------------